



## Que saudades de Paulo freire!

Lisete Arelaro\* e Regina Leite Garcia\*\*

\* Professora da Faculdade de Educação da USP. Trabalhou na equipe do prof. Paulo Freire, na Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo, na gestão Luiza Erundina (1989/1992) - email:liselaro@usp.br

\*\* Professora titular em Alfabetização da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Neste momento que nos reunimos para homenagear o professor Paulo Freire (re)construindo os ensinamentos que ele nos deixou, é impossível não enfatizar a contribuição insubstituível da centralidade de sua crença no processo cidadão do diálogo, do respeito aos pensamentos diferentes, aos diferentes jeitos de ser, sentir e criar com que se forja uma educação libertadora.

Um "ouvir", fruto da opção política pelo direito à igualdade e à fraternidade na diferença, e que exige uma transmutação nas relações entre aluno e professor – e, portanto, de quem aprende, com quem ensina – a partir de uma espécie de pacto democrático, em que um admite que não sabe tudo e o outro, que nunca é tão ignorante, pode contribuir com suas reflexões e práticas de vida no processo educacional. Logo, que o processo de ensinar e aprender é sempre um rico diálogo em que ambos aprendem e ensinam.

Nascida, historicamente, a concepção dialógica, não como um método de ensino ou "estratégia" pedagógica, mas como uma teoria do conhecimento e da aprendizagem, e condição fundante das relações educacionais, dentro e fora da escola, e nesta, envolvendo todas as funções do trabalho escolar e pedagógico.

Nessa concepção, não há o professor ou especialista da educação "que manda fazer", porque tudo sabe, e cujo "saber" lhe dá um poder hierarquicamente superior aos demais, mas o "colega" de equipe, que coopera, que apóia, que coordena. E cada um da "equipe", tem, a partir de metas construídas em função de um objetivo comum, um conjunto possível e variado de tarefas e funções a desempenhar na escola e no sistema educacional.

Na sua teoria, o professor não é o sábio que nunca erra ou se engana, e o aluno, um corpo vazio – de emoções, saberes e vontades – onde se "colocam" sistematicamente conhecimentos (ao que Freire chamou de "educação bancária"). Para ele, professor e aluno têm uma relação de

camaradagem, de companheirismo, de respeito, de aprendizagem mútua, nos seus diferentes papéis, que interfere e modifica o próprio processo de aprendizagem. Assim, não só é compreensível, mas condição fundamental, que o professor não seja, simplesmente "quem tudo sabe", e o aluno o que, "passivamente, aprende", mas, ao contrário, que ambos admitam que uma aprendizagem *em processo* envolve todas as pessoas que dela participam.

Paulo Freire adotava como lema que "o mundo não é; o mundo está sendo", e essa convicção valia para ele também, pois cada minuto constituía uma oportunidade única de, ao atuar no sentido de transformar o mundo, e nele, as pessoas, estar, ele também, se transformando. E a possibilidade de mesmo crendo profundamente em alguns valores, poder "reavaliá-los", amanhã, a partir de novas condições histórico-culturais. Esta é a razão porque foi sempre um professor à frente de seu tempo.

O seu método de trabalho – ação, reflexão, ação – inspirava e exigia um cotidiano de ações coletivas, pois as reuniões da equipe escolar eram necessárias, sistemáticas e permanentes, para que se avaliasse, a todo momento, conjuntamente, a coerência das propostas educacionais, frente aos objetivos definidos e às sugestões de ação, que os diferentes segmentos que participam da vida escolar apontavam. Daí ter surgido o que se passou a denominar projeto político-pedagógico, resultante da reflexão coletiva sobre a prática pedagógica e o conseqüente replanejamento do fazer pedagógico.

Paulo Freire, por todos os lugares por onde passou e nos diferentes cargos que exerceu, fez da gestão democrática sua prioridade e princípio educacional, criando *colegiados* de decisão, espaços públicos de definição de políticas de ação, que envolviam as mais diferentes pessoas, grupos, associações e sindicatos. E onde a participação popular ganharia reforço, organização e espaço de decisão, no

esforço de construção de uma sociedade cada vez mais radicalmente democrática.

É importante lembrar que o Partido dos Trabalhadores (PT), na sua origem, e tendo Paulo Freire como referência, tinha como razão maior para a disputa institucional, a certeza da importância histórica da mobilização popular que através de *Conselhos Populares*, de caráter deliberativo, motivassem os diferentes grupos sociais e movimentos populares a se fazer presentes, com sugestões e propostas de políticas que melhor orientassem a ação pública dos dirigentes, democraticamente escolhidos pelo voto universal.

Seriam estes Conselhos Populares que se constituiriam em "marca" de Governo, pois convenceriam os incrédulos, da força do povo, quando estimulados e organizados, sistematicamente. Afinal, o mote "o povo unido, jamais será vencido" havia motivado e mobilizado não só as campanhas do Partido, mas também dos movimentos populares, na maioria de suas reivindicações e de ações de resistência ao governo militar recém-encerrado.

Paulo Freire – com um jeito muito próprio – sorria, sabiamente, ao ouvir essas propostas. Sabia, ainda que isso não abatesse sua militância e esperança nos movimentos sociais, que o sistema capitalista brasileiro estava cada dia mais forte e a desigualdade social se acentuando, que a simples participação popular no cotidiano escolar e na área educacional não seria capaz de combater ou contestar. "Sentia", pelas suas caminhadas pelo mundo, a proximidade de propostas e ações mais agressivas do capitalismo internacional.

Na sua prática, contestava as concepções correntes de que "poder" e "saber" são sinônimos, e em conseqüência, estabelecia-se como "natural" um sistema de "controle" de quem tem o saber sobre os que não o possuem no mesmo nível e grau, como pré-requisito da eficácia e eficiência das ações, em especial no campo educacional.

Esse modo de entender a vida e o trabalho, dizia ele, implica em uma relação de subordinação e de separação necessária entre os que pensam e os que fazem. Ou ainda, fundamenta a crença quase "religiosa" de que a inovação e a criatividade só alcançam um alto potencial se estimuladas por uma feroz competitividade entre os componentes da equipe de trabalho. E onde se declare como critério científico (e preferencial) de avaliação da produtividade e de qualidade da atuação – porque "neutro" – exclusivamente os "resultados" mensuráveis do processo. Ou seja, vivemos um momento em que a ênfase é dada aos "produtos", e não mais aos "processos".

Na educação, estas concepções estão, cada dia, mais presentes, pois hoje, é pouco importante saber se uma criança ou jovem "gosta" da escola e que importância ela tem para eles, mas sim, avaliar a sua "competência" através de processos que "meçam" as habilidades

adquiridas, habilidades estas definidas a partir dos interesses do mercado e do consumo.

Esta é uma mudança estratégica para o processo de ensino, e ainda que pareça sutil, altera, profundamente, a organização escolar e dos sistemas escolares. Traduz a instalação da lógica do mercado na escola e na educação, através de processos economicistas e de competição, em que o lucro, produzido pelo menor custo e com maiores resultados, define a competência da empresa. As políticas e os direitos sociais são as primeiras vítimas dessa concepção.

Nesta lógica, os que nada – ou pouco – "rendem", ainda que por conseqüência do sistema político e econômico, devem ser "eliminados", e, caso não se consiga eliminá-los totalmente, "por conta dos antigos e retrógrados direitos sociais", há que se fazer com que suas passagens pelas escolas sejam as mais breves possíveis. Não por acaso as propostas de "flexibilização" das propostas educacionais embutem a necessidade de formação, a mais rápida possível, dos "sem consumo" e de seus formadores os "pobres", como tradicionalmente eram chamados.

Argumentam, de forma cínica, mas "moderna", que o desafio atual é "aprender a aprender", não *paulofreianamente* falando, mas, do ponto de vista do custo-benefício. Já que o processo de educação é permanente, cada um que cuide de sua própria educação, e arque com o ônus econômico de estar "preparado" – sempre – para as exigências do mercado. Aos "muitos", o pouco que o Estado pode oferecer, aos "poucos" – economicamente falando – pelos seus méritos, muito será oferecido.

O próprio conceito de qualidade da educação, traduzido em "produto mensurável" e não como direito social, constituiu um desafio a que Paulo Freire se contrapôs, de maneira competente e coerente. Ele riria hoje, se vivo estivesse, com a "febre" oficializada de exames nacionais, sob a forma de testes de múltipla escolha, como critério quase exclusivo para se avaliar a qualidade dos sistemas de ensino, da atuação dos professores e da aprendizagem dos alunos.

Ele simplesmente propôs uma inversão total desse caminho. Propunha como primeiro movimento a ser feito: perguntar aos alunos, funcionários, professores e pais o que achavam da escola em que eles ou seus filhos estavam matriculados ou que atuavam e essa ação constituía a realização do primeiro diagnóstico da escola e de suas circunstâncias. Segundo passo: perguntar a todos os envolvidos no processo educacional como eles gostariam que fosse sua escola – qual era a sua escola "ideal" – para, a partir desses "desejos" e concepções ideais, se estabelecer os objetivos educacionais a serem atingidos, sob responsabilidade conjunta, pelas escolas.

E, em terceiro lugar: **o que e em que** eles gostariam que suas escolas fossem diferentes – ou seja, realizava-se ali, uma primeira avaliação e proposição de alternativas de solução para cada uma e para todas as escolas, respeitando-se a história e as especificidades de cada uma. É assim, dizia Paulo Freire, que um projeto político-pedagógico deve ser concebido, para ter condições de ser implementado.

Acreditando nesse processo – coerente com o diálogo como método de trabalho e de vida – Paulo Freire propunha que as escolas – e cada escola – construísem, pratica e cotidianamente, seu caminho pedagógico e político que pudesse orientar suas “escolhas” educacionais. Para isso, se torna necessário um processo permanente de formação de professores das redes públicas de ensino, que não signifique imposição de “pacotes”, mas subsídios vitais para que a escola “de qualidade”, e com a “qualidade” dos alunos reais, possa ser construída.

Os resultados não tardarão a aparecer, acreditava ele, pois a alegria e a esperança dos professores, quando são “ouvidos” e respeitados, geram uma coleção de projetos, escritos pelos próprios professores e especialistas de ensino, desejosos de construir uma “nova escola pública”, em que a qualidade, agora definida pela maioria presente na escola – a “qualidade social” – constituirá sua audácia pedagógica.

Se isso for feito, como justificar a existência de um sistema unificado ou centralizado de avaliação da aprendizagem e de avaliação educacional? Como propor um currículo único, para o conjunto das escolas? Como sustentar pedagogicamente a concepção dialógica do conhecimento e da aprendizagem, com uma concepção diretiva e portanto autoritária, ainda que em nome da “competência”?

Paulo Freire tinha clareza de que se fossem criadas “brechas” para a divisão do conhecimento, em conteúdos “científicos”, “profissionais e técnicos” ou “críticos”, essa divisão do trabalho entre os educadores, em que cada um assume a propriedade de sua tarefa, o resultado seria, necessariamente, um descompromisso pela totalidade do ato educativo.

Assumia, com ousadia, a concepção que o desenvolvimento da consciência crítica se faz pelo conhecimento, pela análise e ação sobre a realidade vivida, e que isso não pode ser atribuído como propriedade de nenhum conteúdo em particular, e se constitui responsabilidade coletiva que não pode ser subdividida no processo pedagógico.

Mas, ainda que não acreditasse que a formação crítica acontecesse a partir de conteúdos formais ou de disciplinas específicas, mantinha sua fé na escola e na pessoa humana, de que a educação política, realizada

também pela escola, na busca de uma educação cidadã, exigiria a busca da igualdade a ser construída para além do sistema capitalista.

Suas palavras, no livro “Pedagogia da Autonomia”, não deixam dúvidas. Afirma Paulo Freire:

“Não creio que as mulheres e os homens do mundo, independentemente até de suas opções políticas, mas sabendo-se e assumindo-se como mulheres e homens, como gente, não aprofundem o que hoje já existe como uma espécie de mal-estar que se generaliza em face da maldade neoliberal. Mal-estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário, a denúncia veemente da negação do homem e da mulher e o anúncio de um mundo 'gentificado' serão armas de incalculável alcance.

Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua expolição. Agora, necessário e urgente se fazem a união e a rebeldia das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à 'fereza' da ética do mercado” (p. 144-145).

A luta continua, então. E sempre. Viva Paulo Freire!

Bem, assim tem se manifestado a falta que sentimos de Paulo Freire. Na primeira parte deste texto disscorremos sobre o que vivemos com Paulo Freire, ouvimos e lemos em Paulo Freire, vimos realizado por Paulo Freire, aprendemos com Paulo Freire. Tantas vezes nos últimos tempos nos perguntamos: o que teria dito ou feito Paulo Freire nesta situação? É este exercício de imaginação que nos propomos agora a realizar, face ao que vem acontecendo no Brasil.

Se vivo estivesse ou se, a se acreditar numa outra vida, ou no outro lado do que denominamos morte, o que Paulo Freire nos diria hoje? Ah, se possível fosse e se ele apenas tivesse, como Alice, passado para o outro lado do espelho, havia de levar um susto ao constatar o tecnicismo renascido, gente que fala em *provinha aos 8 anos* e que é aplaudida, pois *“agora vamos parar de brincar e vamos fazer educação a sério”* ou *“por que continuar fazendo experiências, se tantos países já provaram haver um melhor método de alfabetizar”* ou *“num mundo competitivo como o que vivemos, não podemos perder tempo e as crianças têm de estar alfabetizadas aos oito anos”*. E a mídia se abre para as entrevistas com os “sábios” que ultimamente reapareceram cheios de certezas e explicações para o fracasso da escola brasileira e de soluções para resolver um problema que, segundo eles, já podia ter sido resolvido,

não fosse a incompetência das escolas.

Enquanto os tecnocratas enfatizam a importância dos testes, das provas, das avaliações quantitativas, e deles se valem para criticar a escola pública e as professoras, e pouco a pouco vão assumindo o papel de assessores e consultores, tão ao seu gosto e da burocracia, algumas secretarias de educação, usam o pouco dinheiro de que dispõem, comprando os kits pedagógicos que, custando caríssimo, impõem às professoras alfabetizadoras o método salvador do analfabetismo no Brasil. E junto com os kits vêm os cursos aligeirados de capacitação, pois há que “capacitar” quem é avaliado como incapaz. Capacitar, reciclar. Se Paulo Freire pudesse falar, imaginem o que diria sobre o resultado de professoras humilhadas ao sofrer um processo de capacitação ou de reciclagem. Ele estaria, sem dúvida, defendendo a formação continuada das professoras em ação – resultante da reflexão coletiva sobre a prática pedagógica. Neste processo coletivo de reflexão sobre as conseqüências sociais da prática pedagógica, vai sendo produzido o projeto político-pedagógico da escola direcionador/redirecionador de todas as ações. Sem isto não há possibilidade de se realizar uma escola de qualidade social. Com as capacitações e reciclagens, talvez pudessem – eles, os tecnocratas neoliberais – impor uma escola de *qualidade total*.

E mais, o que diria Paulo Freire de uma escola que é levada, para se sentir moderna, ao final da primeira série – ou do primeiro ciclo, como agora vai sendo organizada – a definir, a partir do desempenho das crianças na “provinha”, quem está alfabetizado e quem está *perdido para o mercado*, pois não aprendeu a ler e escrever. Separando os alfabetizados e os analfabetos, mais uma vez a escola cumpre o papel de hierarquizar, rotular, discriminar, subalternizar, excluir, preparando as crianças, umas para posições de mando e as demais para posições subalternas, e todas para a manutenção do status quo. E como, nesta concepção de alfabetização, quem é responsável pela alfabetização é apenas a professora alfabetizadora, pois as professoras das séries seguintes têm de “dar o programa”, ninguém mais se preocupa com a continuidade do processo de alfabetização, a não ser para reclamar da *dificuldade em dar o conteúdo da disciplina*, pois as crianças não foram bem alfabetizadas pelas professoras alfabetizadoras. Afinal, como os tecnocratas sempre falam inglês, *time is money* e, na corrida para nos tornarmos um país desenvolvido, ninguém pode perder tempo.

Como não leram Paulo Freire ou, se o fizeram, dele discordaram, não se dão conta de que a alfabetização começa muito antes da criança entrar na escola, quando vive numa sociedade letrada, e tem continuidade por toda a vida. Todos estamos por toda a vida em processo de alfabetização – aprendendo a ler o mundo e, no mundo, a

palavra escrita.

Talvez os críticos de Paulo Freire tenham aprendido a ler e escrever, alguns até em muitas línguas, mas, sem dúvida, não aprenderam a ler o mundo.

E, nos últimos tempos, surgiu mais um complicador a desafiar a competência docente da professora alfabetizadora. Algumas teóricas da alfabetização resolveram criar um neologismo, talvez melhor seria dizer anglicismo, já que é uma palavra tomada emprestada e traduzida do inglês – *literacy* – estabelecendo uma hierarquia em que primeiro e menos importante é a **alfabetização** e só num estágio mais elevado se poderia considerar o **letramento**.

Pobres das professoras que, além de todos os problemas que enfrentam no afã de que as crianças se alfabetizem, agora têm de saber que isto é pouco e que há de ser atingido o alto nível de letramento.

É bem verdade que Paulo Freire já tinha morrido quando apareceu a onda do letramento, pois se vivo estivesse, com aquele sorriso generoso e complacente, talvez dissesse:

Mais importante que tudo, é que seja recuperado o prazer de aprender e de ensinar e de conviver solidariamente, e que todos e todas se comprometam com a alfabetização de todas as crianças de nosso país – que todas vivam a imensa alegria de ler o mundo e ler a palavra, no exercício da cidadania.

Afinal, Paulo Freire sempre acreditou que um mundo melhor é possível.



**Paulo Freire - Vida e Obra**  
Ana Inês Souza (org.)  
Editora Expressão Popular